



TEORIA DA HISTÓRIA, MARXISMO E REVOLUÇÃO RUSSA EM ERIC HOBSBAWM

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3896

Marcos Roberto Pirateli, UNESPAR

Resumo

O presente estudo tem o objetivo de identificar como Eric Hobsbawm (1917-2012) articulou em sua obra questões próprias da teoria da história – tratamento metodológico, categorias analíticas, relação presente-passado. Para dar conta da questão, optamos por restringir nossa análise no tratamento que deu ao tema ‘Revolução Russa’, especialmente nos livros *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*, *Sobre História e Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011*. O que se pôde observar, é que mesmo após o fim da URSS, Hobsbawm não se rendeu ao revisionismo historiográfico, aqui entendido como lutas ideológicas pelo passado e que pretendiam superar o marxismo e suas categorias de análise para a história, isto é, temas centrais como *Revolução, Transformação Social, Consciência, Contradição, Base-Superestrutura, luta de classes*, entre outros, continuaram como imprescindíveis em sua investigação. Não só isso, em Hobsbawm o alinhamento destas lutas pelo passado ao uso de *história contrafactual* – especulação historiográfica sobre aquilo que poderia ou deveria ter acontecido, por exemplo, na Rússia de 1917 – implicava em erro de ofício por incorrer na negação da existência de uma realidade histórica objetiva, por extensão, na própria cientificidade da historiografia. Portanto, a singularidade deste historiador se confirma na sua habilidade em produzir uma narrativa impregnada de rigor teórico-metodológico, na clareza da distância entre fato e ficção como imprescindível ao ofício do historiador, assim como demonstrar que toda nova perspectiva de estudo do passado se constrói dentro dos combates pela história no presente.

Palavras Chave:

Eric Hobsbawm;
Marxismo; Revolução
Russa; Teoria da
História.

Introdução

O presente estudo tem o objetivo de identificar como Eric Hobsbawm (1917-2012) articulou em sua obra questões próprias da teoria da história – tratamento metodológico, categorias analíticas, relação presente-passado.

Para dar conta da questão, optamos por restringir nossa análise no tratamento que deu ao tema ‘Revolução Russa’, especialmente nos livros: *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*, publicado em 1994; *Sobre História*, coletânea de ensaios publicada em 1997; e *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011*, publicado em 2011.

Eric Hobsbawm

Eric John Ernest Hobsbawm nasceu em Alexandria no Egito (em 1917), filho de mãe austríaca e pai inglês (descendente de emigrantes russos). Em 1919 se mudou para Viena, e, posteriormente, para Berlim em 1931, quando, após a ascensão de Hitler, precisou se mudar para a Inglaterra. Após forte formação – centro-européia – na Áustria e Alemanha, estudou na St. Marylebone Grammar School em Londres, e, por fim, foi ao King’s College em Cambridge estudar história, onde completou seu bacharelado em humanidades (*Bachelor of Arts*), assim como seu PhD. Rodeado de outros acadêmicos marxistas e influenciado pelas Frentes Populares tornou-se comunista, construindo as bases teóricas de sua carreira acadêmica como membro ativo do PCGB. Grande parte de sua vida profissional foi dedicada ao Birkbeck College da Universidade de Londres quando foi nomeado como professor ajudante de história em 1947, e como professor titular em 1959, e, finalmente, como catedrático de Economia e História Social em 1970, cargo em que ficou até a sua aposentadoria em 1982. Além disso, colaborou como membro do King’s College (Cambridge) entre 1949 e 1955, e

como professor visitante na década de 80 na New School for Social Research (Nova York). Seu primeiro trabalho importante foi a edição da coleção de documentos de história do trabalho intitulado *Labour’s Turning Point 1880-1900*, publicado em 1948 como volume do *History in the Making* do grupo de historiadores comunistas; conjuntamente a isso, em 1950, terminou sua tese de doutorado: *Fabianism and the Fabians 1884-1914*. (KAYE, 1989).

Quando de sua morte, em 2012, deixou uma vasta publicação, sobretudo sobre temas políticos e históricos, dedicando como foco central de suas investigações o tema do triunfo do capitalismo. Sua formação e atuação política foi fruto de sua biografia social, isto é, a experiência da guerra, da revolução russa, a depressão de 29, o fascismo. A sua militância no Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB) pôde lhe oportunizar uma gama de contatos e experiências internacionais, sobretudo lhe dando condição de pesquisa. Sua inspiração para ser historiador foi a política, marcada pelo seu engajamento e ligação com o marxismo, o que lhe outorgou ser reconhecido como pensador politizado.

Ele próprio – quando esteve no Brasil – apontou em sua trajetória intelectual três elementos importantes que contribuíram para sua vocação de historiador: (1) o problema histórico da base sobre as estruturas – daí o interesse de estudos de temas da história da cultura; (2) a importância da síntese histórica – ou seja, a compreensão da história não é unidimensional, portanto, entender as interconexões; e, (3) necessidade de estudo e engajamento – como intelectual que não ficou preso ao gabinete. Seu mérito intelectual ficou comprovado na medida em que abraçou questões centrais da história em um meio acadêmico predominantemente conservador e liberal. Outro ponto que corrobora seu mérito como historiador foi sua habilidade teórico-metodológica ao escrever seus

livros. (HOBSBAWM, 1997/98).

Sua busca e insistência de que o ofício do historiador tinha como objeto de análise uma realidade concreta e objetiva, determinou como imprescindível para o trabalho do historiador a clareza da distância entre fato histórico e ficção, ou seja, fatos não são construções intelectuais; estes deveriam, pelo menos, serem confirmados por evidências confiáveis. No seu último livro publicado em vida, *Como mudar o mundo – mais precisamente no capítulo intitulado O marxismo em recessão, 1983-2000*, cuja redação é de 2010 –, sintetizou essa questão:

a partir de algum momento na primeira metade da década de 1970, encontramos algo mais do que isso. Ficou evidente que reinava um novo ceticismo quanto à tentativa de compreender a estrutura e a mudança da coletividade humana por meio das ciências sociais. Nessa mesma época, a sociologia e a antropologia social deram uma guinada antiobjetiva e antiestrutural, fundindo-se com versões da chamada ‘teoria crítica’ para produzir algumas formas extremas de relativismo pós-modernista. A economia neoclássica reduziu a sociedade a aglomerações de pessoas que lutavam racionalmente por seus interesses, o que resultava num equilíbrio anistórico de mercado. Os novos historiadores fugiram dos métodos tão caros às ciências sociais e das “grandes questões” interdisciplinares, voltando à narrativa (sobretudo à narrativa política), e não à análise estrutural. Encaminharam-se, por um lado, para a cultura e as ideias e, por outro, para a empatia com as experiências históricas pessoais. Uma corrente importante rejeitou não só as generalizações e previsibilidades históricas e sociais como o próprio conceito de se estudar uma realidade objetiva. Esse afastamento crítico em relação aos modernistas, agora predominantes,

não teve nenhuma orientação política ou ideológica em particular. Braudel e sua *Annales* foram tão vitimados por ele quanto Marx. Embora alguns conservadores acolhessem bem alguns aspectos do novo revisionismo, como a indeterminação histórica (que produziu vários exercícios de história contrafactual ou do tipo “e se?”), grande parte deles veio dos círculos do radicalismo pós-1968. Alguns dos que poderiam ser chamados de ‘pós-modernistas históricos’ até ficaram na esquerda revolucionária” (HOBSBAWM, 2011, p. 352).

Tal problema de ofício sempre esteve presente em Hobsbawm, e, em *Sobre História*, resolveu tratar da questão de forma peculiar ao demonstrar que um dos temas que mais teria levado os historiadores à negação da realidade histórica objetiva se dava no tratamento dado à Revolução Russa de 1917.

Tratamento metodológico

O problema dos contrafactuais, a história baseada em “e se”, foi tratada no capítulo “Podemos escrever a história da Revolução Russa?” – na obra *Sobre História*.

Esse problema tem muito a dizer sobre o ofício do historiador. A questão é que o conhecimento historiográfico está em aberto na medida em que nada do que foi estudado e interpretado esgotou um assunto qualquer. O que ocorre é que novas perguntas, construídas a partir da realidade presente do historiador, isto é, as inquietações que movimentam o exercício do historiador podem levar à busca de algo novo ou não abordado no passado, assim como estabelecer respostas às perguntas ainda não definidas pela historiografia.

Todavia, o exercício de fazer novas perguntas, que dá vitalidade à historiografia, não pode abster de métodos próprios ao ofício do historiador. No caso de um historiador marxista como

Eric Hobsbawm, que entende que o passado é uma realidade objetiva a ser interpretada a partir de categorias teóricas específicas, a relação dialética entre presente (o historiador que pergunta, a partir de uma conjuntura) e passado (realidade concreta, a partir de suas contradições), impõe uma regra ao próprio exercício de perguntar. Como a realidade abordada é o passado – ainda que isto não signifique este seja uma realidade imóvel –, não cabe na construção interrogativa a busca de respostas sobre “o que poderia ter acontecido”, mas sobre aquilo que ocorreu. Por isso o ofício do historiador, segundo Hobsbawm, consiste em estabelecer o conhecimento de uma dada realidade objetiva e para tal não se pode fugir do conceito de evidência, ainda que esta deve ser interpretada a partir de uma racionalidade que os permita concatenar em um processo de transformação social própria a um determinado corte temático possível, isto é, uma unidade complexa de análise pautada em tempo/espaço que permita a avaliação de todo um fenômeno – como é o caso da Revolução Russa.

O que Hobsbawm quer apontar é a necessidade da metodologia da pesquisa em história se concentrar em duas questões, a primeira, sobre aquilo que os historiadores deveriam concordar sobre um determinado tema, uma vez que estamos falando de uma realidade objetiva, e, a segunda, sobre o consenso das perguntas sobre tal tema e sua relação com elementos próprios a partir de regras de pesquisa e evidência (HOBSBAWM, 2005).

Então, não se trata daquilo que poderia ter ocorrido, mas *como e por que* ocorreu. A pergunta, a ida do historiador até o passado em busca de resposta, deveria seguir regras próprias para fugir aos usos e abusos do passado. Hobsbawm apontou que o caso dos estudos sobre a Revolução Russa, tema polêmico do século XX, foi um *locus* desta problemática que comprometeu a seriedade do trabalho

historiográfico, sobretudo por ser um assunto importante nos combates ideológicos que marcam a historiografia após a fim da URSS.

Exemplificou a situação a partir de uma série de perguntas – do tipo contrafactual – que foram aplicados à análise da Revolução Russa:

Por outro lado, os debates mais acalorados sobre a história russa do século XX não giram em torno do que aconteceu, mas do que poderia ter acontecido. Eis aqui algumas questões. Era inevitável uma revolução na Rússia? O czarismo podia ter se salvado? Estaria a Rússia a caminho de um regime capitalista liberal em 1913? Uma vez ocorrida a revolução, dispomos de um conjunto ainda mais explosivo de contrafactuais. E se Lenin não tivesse voltado para a Rússia? A Revolução de Outubro teria sido evitada? O que teria acontecido na Rússia se ela tivesse sido evitada? Mais centrais aos marxistas: o que levou os bolcheviques a decidirem tomar o poder com um programa de revolução socialista obviamente irrealista? Deviam ter tomado o poder? E se a revolução europeia – ou seja, a revolução alemã, na qual apostavam suas fichas – tivesse acontecido? Os bolcheviques poderiam perder a Guerra Civil? Mas não fosse a Guerra Civil, como teriam se desenvolvido o Partido Bolchevique e a política soviética? Vencendo-a, havia alternativas para o retorno a uma economia de mercado sob a NEP (“Nova Política Econômica”)? O que poderia ter acontecido se Lenin tivesse continuado em plena atividade? A lista não tem fim, e apenas mencionei algumas das questões contrafactuais óbvias do período até a morte de Lenin. O objetivo desta conferência não é dar a minha resposta a essas perguntas, mas tentar colocar essas questões na perspectiva de um historiador em atividade.

Elas não podem ser respondidas com base na evidência sobre o que aconteceu porque giram em torno daquilo que não aconteceu (HOBSBAWM, 2005, p. 258-259).

A rigor, a pergunta historiográfica não poderia cair naquilo que considerou ser um contrafactual. Mais precisamente, não se pode confundir as múltiplas possibilidades que são inerentes ao presente em constante transformação, e levar isto ao passado.

Ao detalhar esta problemática, definindo como especulação que não leva efetivamente ao conhecimento historiográfico, identificou três tipos de contrafactuais em que a história da Revolução Russa pode ser tomada com exemplo: (1º) o papel do indivíduo na história: que grosso modo gravita sobre a figura de Lenin, ou seja, sobre o que poderia ter ocorrido caso ele não tivesse chegado à Rússia; para Hobsbawm, ainda que Lenin ocupou um papel extraordinário dentro do processo revolucionário, isto não significa que esteve acima do processo em si, algo até poderiam ter ocorrido de forma diferente, mas ir além disso implicaria em ficção e não em história; (2º) mitos e possibilidades diferentes de história: que levou à construção tanto de um “mito liberal”, que discutia sobre a possibilidade da Rússia czarista ter se tornando uma sociedade capitalista não fosse a Grande Guerra e a ascensão dos Bolcheviques, o que, para Hobsbawm não se sustenta pelo fatos tendo em vista o contexto do império russo, ou mesmo um “mito comunista”, em que caso a Alemanha não tivesse traído a revolução 1918 ao aderir ao projeto social-democrata a Rússia revolucionária não teria sido isolada e poderia ter se desenvolvido, mas o fato, para Hobsbawm é que a Alemanha à época não tinha interesse ou condições para aderir à revolução; (3º) se algo deveria ou não ter acontecido, ou qual a melhor forma de ter acontecido, o que seria confundir as possibilidades próprias do presente, ou ideias políticas, e que são

diferentes de ideias sobre história, ou seja, para Hobsbawm a questão não seria se a Revolução de Outubro deveria ou não ter sido feita, mas *como* foi feita. (HOBSBAWM, 2005).

Assim, é imprescindível para o trabalho do historiador a clareza da distância entre fato histórico e ficção: para Hobsbawm fatos não são construções intelectuais, estes deveriam, pelo menos, serem confirmados por evidências confiáveis.

Articulado ao tratamento metodológico, que a própria garantia da cientificidade do conhecimento historiográfico, estão as categorias teóricas que permitem a compreensão satisfatória daquilo que se entende por objeto da história. Em Hobsbawm, como historiador marxista, e isto implicava o uso de conceito particulares, por exemplo, “revolução”, “contradição”, “luta de classes”, entre outros.

As categorias analíticas

Para Eric Hobsbawm, existe uma pergunta central na história: como a humanidade passou das cavernas ao espaço, ou da sobrevivência à destruição nuclear? Ou seja, quando passou dos perigos da natureza para aqueles que o próprio homem criou?! Entender esse processo – de mudança, de transformação – é o que intriga o pensamento historiográfico. Não só isso, para ele, em termos teóricos, as respostas para esses problemas implicariam no uso de categorias marxianas e marxistas, que, de forma original, elaboraram a concepção materialista da história para entender esse processo.

A lógica histórica que se apreende da análise a partir destas categorias pode ser observada na seguinte síntese:

Os historiadores serão tentados, a meu ver acertadamente, a escolher uma determinada relação ou complexo de relações como central

e específico da sociedade (ou tipo de sociedade) em questão, e a agrupar o resto da abordagem ao seu redor [...]. Uma vez estabelecida a estrutura, ela deve ser vista em seu movimento histórico. Na dicção francesa, a “estrutura” deve ser vista na “conjuntura”, embora este termo não deva ser considerado como excluindo outras formas e padrões de mudança histórica, talvez mais relevantes. [...] As tensões às quais a sociedade está exposta no processo de mudança histórica e transformação permitem então que o historiador exponha, em primeiro lugar, o mecanismo geral pelo qual as estruturas da sociedade tendem simultaneamente a perder e restabelecer seus equilíbrios e, em segundo lugar, os fenômenos que tradicionalmente são o tema de interesse dos historiadores sociais, como, por exemplo, consciência coletiva, movimentos sociais e a dimensão social das mudanças intelectuais e culturais (HOBSBAWM, 2005, p. 94).

Esta preocupação lógico-teórica fica evidente quando Hobsbawm se debruça sobre a Revolução Russa. Ainda que ela nunca tenha sido de fato um objeto de fôlego em algum livro específico, a sua obra está impregnada de Revolução Russa, principalmente como exemplo temático para demonstrar a teoria em meio à sua narrativa.

Na obra *Era dos Extremos* isto fica claro. O próprio recorte temporal-temático do livro, 1914-1991, foi pensado a partir da Revolução Russa, que começa em meio à Primeira Guerra Mundial e teria chegado ao fim com o colapso do Estado soviético no início da década de 90. A conclusão temática é evidente: todo o século XX é um desdobramento do impacto da Revolução Russa, iniciado em meio à crise dos Impérios europeus, marcado por contradições internas que possibilitaram a construção de uma alternativa ao capitalismo. Desta forma, a Revolução Russa foi interpretada como o elemento dialético do século XX, a força

que colocou frente a frente – a totalidade como unidade dos contrários, conforme argumentou Marx – as forças capitalistas e os movimentos revolucionários. Toda a política internacional teve com fio condutor esse embate entre a velha ordem e a nova ordem; embate que revela a complexidade das lutas de classes deste processo transformador em que o proletariado e campesinato – as classes trabalhadoras – russos sob a organização de um partido revolucionário se lançou na tentativa de superar a sociedade da competição por uma sociedade da cooperação; Lenin, um desses articuladores da Revolução, transformou o descontentamento de massas em poder e consciência revolucionária, sobretudo ao articular o socialismo como ideologia do proletariado internacional, rompendo assim com a ideia de conciliação de classes ou uma ideia de um nacionalismo artificial. Entendido desta forma, o processo é revolução e não golpe porque o que ocorreu foi a articulação das classes produtivas – trabalhadores pobres que queriam pão, operários que queriam melhores salários e camponeses que queriam terra – os radicalizando contra a ordem vigente. Em *Sobre História*, Hobsbawm reforça esta interpretação, principalmente ao argumentar que a sobrevivência da Revolução Russa pode ser explicada em três frentes: (1º) os bolcheviques venceram porque lutaram sob a bandeira vermelha, em nome dos soviets, e ganharam a escolha dos operários e camponeses; o vermelho era a defesa da revolução, que foi feita de fato pelas massas que temiam o retorno do czar e dos burgueses, mas isto durou 10 anos, até Stalin. (2º) os bolcheviques eram a única força potencial de governo, sobretudo pela estrutura leninista centralizada de Partido como instituição construtora de um Estado, o que lhe garantiu o não esfacelamento após a Primeira Guerra Mundial. (3º) A sua causa não foi russa, foi uma revolução dos trabalhadores, o que inibiu o envio de inúmeros soldados por parte de outras

nações no auxílio à guerra civil contra-revolucionária temendo que estes também adquirissem consciência revolucionária, e o resultado foi a vitória do exército vermelho.

Em uma significativa passagem do capítulo ‘A revolução mundial’ (*Era dos Extremos*), Hobsbawm conseguiu sintetizar como essas categorias teóricas – transformação social, contradição, consciência, luta de classes – são fundamentais e legítimas para a sua compreensão sobre a Revolução Russa:

Parecia óbvio que o velho mundo estava condenado. A velha sociedade, a velha economia, os velhos sistemas políticos tinham, como diz o provérbio chinês, “perdido o mandato do céu”. A humanidade estava à espera de uma alternativa. Essa alternativa era conhecida em 1914. Os partidos socialistas, com o apoio das classes trabalhadoras em expansão de seus países, e inspiração pela crença na inevitabilidade histórica de sua vitória, representava essa alternativa na maioria dos Estados da Europa. Aparentemente, só era preciso um sinal para os povos se levantarem, substituírem o capitalismo pelo socialismo, e com isso transformarem os sofrimentos sem sentido da guerra mundial em alguma coisa mais positiva: as sangrentas dores e convulsões do parto de um novo mundo. A Revolução Russa, ou, mais precisamente, a Revolução Bolchevique de outubro de 1917, pretendeu dar ao mundo esse sinal. Tornou-se portanto tão fundamental para a história deste século quanto a Revolução Francesa de 1789 para o século XIX. Na verdade, não é por acaso que a história do Breve Século XX, segundo a definição deste livro, praticamente coincide com o tempo de vida do Estado nascido da Revolução de Outubro.

Contudo, a Revolução de Outubro teve repercussões muito mais

profundas e globais que sua ancestral. Pois se as ideias da Revolução Francesa, como é hoje evidente, duraram mais que o bolchevismo, as consequências práticas de 1917 foram muito maiores e mais duradoras que as de 1789. A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna. Sua expansão global não tem paralelo desde as conquistas do islã em seu primeiro século. Apenas trinta ou quarenta anos após a chega de Lenin à Estação Finlândia em Petrogrado, um terço da humanidade se achava vivendo sob regimes diretamente derivados dos “Dez dias que abalaram o mundo” (Reed, 1919) e do modelo organizacional de Lenin, o Partido Comunista (HOBSBAWM, 2007, p. 62).

A conclusão de Hobsbawm foi de que o impacto internacional de Outubro de 1917 revela que a Revolução Russa entrelaçou duas histórias, o impacto sobre Rússia e o impacto sobre o mundo, mas que são situações diferentes que, caso o segundo impacto não fosse verdadeiro não seria um tema tão controverso entre os historiadores. Controvérsia que encontrou palco ora no revisionismo historiográfico, ora nas lutas ideológicas pelo passado.

Relação presente-passado

Nos textos que compõem essa obra demonstrou a importância da profissão do historiador, principalmente ao não permitir que os maus usos do passado legitimem e/ou justifiquem determinadas ações tendo em vista termos político-ideológicos, como “nacionalismos”, “fundamentalismos”, entre outros (HOBSBAWM, 2005).

A história é a matéria prima para essas ideologias, portanto, o passado é elemento essencial, e, se este não for satisfatório, é possível inventá-lo. Nesse exercício manipulador, o passado pode legitimar o que se pretende para o presente:

... os historiadores se vêem no inesperado papel de atores políticos. Eu costumava pensar que a profissão de historiador, ao contrário, digamos, da de físico nuclear, não pudesse, pelo menos, produzir danos. Agora sei que pode. [...] Essa situação nos afeta de dois modos. Temos uma responsabilidade pelos fatos históricos em geral e pela crítica do abuso político-ideológico da história em particular (HOBSBAWM, 2005, p. 17-8).

Além disso, os historiadores são o banco de memória da experiência, constituindo a memória coletiva do passado, e, portanto, as pessoas deveriam confiar neles, mesmo que aquilo que se obtêm com a historiografia não seja o esperado. Isto pode ser problemático quando o entendimento do passado se choca com as ideologias do presente, como foi a problemática – demonstrado acima – dos contractuais com relação ao tema da Revolução Russa.

Desta forma, Hobsbawm tomou posição clara nestas lutas ideológicas pelo passado – que é o “chão” histórico dos historiadores em seus mais variados matizes – que ganharam um novo ritmo com o fim da URSS em 1991, e que teve impacto na historiografia, consolidando um tipo de revisionismo. No último capítulo do seu último livro publicado em vida (2011) – mas o texto original é de 1999 –, Hobsbawm inferiu que os alicerces do revisionismo são três: (1) tentativa de unir a heterogênea massa dos trabalhadores na busca de direitos a partir da complacência dos governos, o que levou à perda da consciência de classe, e a inserção de operários em partidos liberais e aceitação dos bens disponíveis na sociedade de consumo marcada pela despolitização geral de trabalhadores e estudantes; (2) o medo do comunismo e da URSS; e, por fim, (3) a luta por governos que propunham pleno emprego (Keynes). (HOBSBAWM, 2011).

Na contramão do revisionismo

historiográfico(s), Hobsbawm se apresentou como historiador que relacionou positivamente a denúncia de Stalin por Kruchev em 1956 e o fim do regime soviético em 1991, ao interpretar que estas foram situações que culminaram em uma maior liberdade intelectual aos historiadores marxistas do que propriamente uma necessidade de uma revisão teórica. Aliás, sem o fantasma do dogmatismo soviético ficou mais fácil retomar uma leitura dialética da história.

A partir disso defendeu que o exercício do historiador é fundamental para que os homens tenham consciência de seu passado. Isto se dá quando se efetiva, ou se entende, a relação entre passado-presente-futuro; não só isso, chega a inferir que ser membro de uma certa comunidade, por exemplo, é relacionar-se com o seu passado. Daí a importância, ou problema do historiador: primeiro, analisar a natureza do “sentido” – aqui entendido como compreensão lógica – do passado, e, em seguida, localizar/entender as mudanças e transformações que são o movimento desse passado. (HOBSBAWM, 2005).

Hobsbawm pode ser considerado um dos principais, ou o principal, historiador marxista na atualidade. A grande questão, ou melhor, contribuição/criação/tarefa desse historiador foi o de não negar a dívida com o marxismo tradicional; assim como empreender um “deslocamento” de foco de interesses não necessariamente presos no economicismo, elaborando assim um marxismo histórico, social e político, posto que sua ênfase esteve no estudo das formas históricas.

Considerações Finais

Por fim, é possível concluir que:

1. Mesmo após o fim da URSS, Hobsbawm não se rendeu ao revisionismo historiográfico, aqui entendido como lutas ideológicas pelo passado e que pretendiam superar o marxismo e suas categorias de

análise para a história, isto é, temas centrais como *Revolução, Transformação Social, Consciência, Contradição, Base-Superestrutura, luta de classes*, entre outros, continuaram como imprescindíveis em sua investigação.

2. Em Hobsbawm o alinhamento destas lutas pelo passado ao uso de *história contrafactual* – especulação historiográfica sobre aquilo que poderia ou deveria ter acontecido, por exemplo, na Rússia de 1917 – implicava em erro de ofício por incorrer na negação da existência de uma realidade histórica objetiva, por extensão, na própria cientificidade da historiografia.

3. A singularidade deste historiador se confirma na sua habilidade em produzir uma narrativa impregnada de rigor teórico-metodológico, na clareza da distância entre fato e ficção como imprescindível ao ofício do historiador,

assim como demonstrar que toda nova perspectiva de estudo do passado se constrói dentro dos combates pela história no presente.

Referências

HOBBSBAWM, Eric. Comentários. **História Social**, Campinas-SP, n. 4/5, p. 75-76, 1997/1998.

_____. **Como mudar o mundo**: Marx e o marxismo. Tradução Donaldson Magalhães Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Sobre História**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KAYE, Harvey J. **Los historiadores marxistas británicos**: un análisis introductorio. Tradução Maria Pilar Navarro Errasu. Zaragoza: Prensas Universitarias, 1989.